

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.142 - MG
(2019/0035144-2)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA FAVO DE MEL
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA E OUTRO(S) -
MG047254
ELISABETH FRANÇA DA SILVA - MG135946
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE OURO FINO
PROCURADORE : DANIELA DE LIMA RANIERI GUERRA - MG093301
S
SILVANA PRADO DE SOUSA GARCIA E OUTRO(S) -
MG071275
AGRAVADO : INTERESSADOS AUSENTES INCERTOS E
DESCONHECIDOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS -
CURADOR ESPECIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015 E DO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO. ÓBICES PROCESSUAIS. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

I - Na origem, trata-se de ação de usucapião extraordinário. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida.

II - No que trata da alegação de ofensa aos arts. 141, 489, II e § 1º, e 1.022, II, do CPC/15, verifica-se não assistir razão à recorrente, pois o Tribunal *a quo* decidiu a matéria de forma fundamentada, tendo analisado todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, mormente aquelas apontadas como omitidas no apelo nobre (fls. 404-405), não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão. Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

III - Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo

Superior Tribunal de Justiça

magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

IV - No que concerne à apontada ofensa aos arts. 156, 370, parágrafo único, 373, I, 355, 370 e 472, todos do CPC de 2015, Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 402-405): "[...] Pois bem, após detida análise de toda documentação carreada aos autos, entendo que restou provado que imóvel em questão é domínio público, pertencendo ao Município de Ouro Fino, conforme informações prestas pela Oficial de Registro de Imóveis (fls. 248/251): [...] Nesse mister, afasta-se a alegação da apelante de cerceamento de defesa, tendo em vista que, ainda que num primeiro momento tenha sido deferida a prova pericial, referida prova mostrou-se prescindível face aos esclarecimentos prestado pela Oficial de Registro de Imóveis e pela AGU, conforme declarou o Expert (fls. 254/255): [...] Não bastasse, vale asseverar que o *animus domini* também não restou demonstrado, tendo em vista as declarações constantes da Notificação de fl. 109, em que a própria apelante manifestou interesse em pagar aluguel pelo uso do imóvel, através de novo contrato com prazo preferencial de 05 anos: [...] Portanto, seja por se tratar de bem público, seja por inexistir *animus domini*, deve-se manter a r. sentença apelada que julgou improcedente o pedido inicial de declaração de usucapião extraordinário [...]"

V - Consoante se verifica dos excertos colacionados do aresto vergastado, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, dentre eles as informações prestadas pela Oficial de Registro de Imóveis e pela AGU, deduziu pela desnecessidade de produção de prova pericial para o deslinde da lide, bem assim de que não ficou demonstrado o *animus domini* em relação ao imóvel que se pretende usucapir, tendo em vista o fato de a recorrente ter manifestado interesse em pagar aluguel pelo uso da propriedade, conclusões estas impossíveis de se infirmar, visto que, para tanto, seria necessário revolver o mesmo acervo fático-probatório já analisado, procedimento vedado por incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

VI - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

